

KENSKI, Vani Moreira. Educação e Tecnologias: o novo ritmo da informação. Campinas: Papyrus, 2008. 144 p.

Sílvio César Otero-Garcia*

Vani Moreira Kenski é graduada em pedagogia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e licenciada em geografia pela mesma universidade. É mestre em educação pela Universidade de Brasília (UNB) e doutora em educação pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Atualmente exerce diversas atividades, dentre as quais a de professora voluntária do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de São Paulo (USP). O seu livro, uma obra de seis capítulos e cento e quarenta e quatro páginas, “Educação e Tecnologias”, é referência comum quando se fala de relações entre educação e tecnologias.

A autora inicia seu livro com um breve relato de uma situação de “ficção científica”, possível de acontecer no mundo virtual. Acreditamos que esse tal relato tenha o propósito de motivar o leitor para a temática do livro.

No Capítulo 1, Kenski faz um pequeno resgate do processo histórico do desenvolvimento das tecnologias e suas relações com o homem. Discute também questões como o uso da informação e da tecnologia como formas de poder, tanto na guerra como no contexto de exploração numa sociedade desigual. Nesse ponto, concordamos com a autora, no sentido de que a educação tem um papel fundamental, visto que é por meio dela (também, e em alguns casos, exclusivamente) que as pessoas podem ter acesso ao conhecimento necessário para, de algum modo, “dominar” as tecnologias, compreendê-las e, assim, não se restringirem a ser apenas suas usuárias. Entretanto, é um desafio para a educação não só desempenhar esse papel, mas também adaptar-se às tecnologias. Sobre isso, Kenski nos diz:

Esse é também o duplo desafio da educação: adaptar-se aos avanços das tecnologias e orientar o caminho de todos para o domínio e apropriação crítica desses novos meios (KENSKI, 2008, p.18).

Finalizando o capítulo, temos algumas conceituações de tecnologia, que é, para Kenski:

[...] o conjunto de conhecimentos e princípios científicos que se aplicam ao planejamento, à construção e à utilização de um equipamento em um determinado tipo de atividade (KENSKI, 2008, p. 24).

* Doutorando da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. E-mail: <silvioce@gmail.com>

A autora também distingue tecnologia de técnica; resumidamente, as técnicas são as habilidades especiais necessárias para se lidar com as diferentes tecnologias. Fica, aí, uma questão: habilidades especiais não podem ser entendidas como conhecimentos que se aplicam à utilização de um equipamento? Isto é, técnicas não seriam, utilizando-se das definições de Kenski, também tecnologias?

No Capítulo 2, temos uma discussão sobre as Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) e as Novas Tecnologias da Informação e Comunicação (NTICs), cada uma com sua especificidade, mas que podem ser chamadas indistintamente de TICs, devido, principalmente, ao uso cada vez mais comum das NTICs. Temos aqui, mais uma vez, uma questão delicada de definição: o que são as TICs e as NTICs? No contexto da autora, temos um primeiro momento que é o das “tecnologias da inteligência”, advindas da necessidade do homem de se comunicar, de se expressar. Num segundo momento, com o advento do processo de produção industrial, passamos a ter as TICs: jornais, revistas, rádio etc. Finalmente, na era digital, as NTICs. A tecnologia da inteligência é imaterial, as TICs e NTICs não (ou não necessariamente). Para Kenski, o campo fundamental que distingue essas três denominações é a linguagem. As tecnologias da inteligência se expressam fundamentalmente na linguagem oral (imaterial), as TICs na escrita e as NTICs na digital (ambas materiais). A distinção entre os três termos e, sobretudo, entre os dois últimos, em certo sentido, reside apenas no momento, no estágio do avanço tecnológico. Talvez no início da chamada “era digital” tal distinção fosse conveniente. Atualmente, conforme já dissemos, com o uso cada vez mais comum das NTICs, tratá-las simplesmente por TICs pareceria-nos mais adequado (e, por que não de tecnologias da inteligência?). Após abordar essas questões, a autora ainda fala, dentre outras coisas, de redes e da nova lógica tecnológica. Sob o viés da educação, poderíamos discutir, e isso também é levantado por Kenski, a questão do conhecimento necessário para se ter acesso a essas redes criadas pelas NTICs e as alterações sociais decorrentes do uso delas. Novas tecnologias, para quem?

No Capítulo 3, a questão do uso das tecnologias na educação é abordada. Para a autora, educação e tecnologia são indissociáveis. As tecnologias, ao longo do tempo, provocaram modificações na maneira de se fazer e pensar a educação. Com as TICs e as NTICs, muitos paradigmas foram postos em xeque. Os alunos muitas vezes têm um maior conhecimento sobre o uso dessas tecnologias que o próprio professor. A autora cita como exemplo disso uma iniciativa do governo da Finlândia que escolheu quinhentas crianças e jovens para dar formação tecnológica a seus professores. A nosso ver, as novas tecnologias trazem uma série de medos, preconceitos e exageros, como essa iniciativa citada anteriormente. Outro exagero é a mistificação de que tais tecnologias são a solução para todos os problemas anteriores a elas e, por conta disso, passam a ser usadas

indiscriminadamente, inclusive em contextos absurdos. Kenski trouxe alguns exemplos dessa natureza em escolas dos EUA, nas quais, inclusive, algumas disciplinas foram retiradas do currículo por não poderem ser trabalhadas com o uso das “novas tecnologias”. Um ponto a ser levantado, e o é no livro, é que as novas tecnologias podem requerer novas abordagens, ou seja, muitas vezes se faz uso de certos aparatos tecnológicos com a mesma abordagem tradicional, e isso pode ser desastroso. Se uma aula presencial, na qual o professor é o “único” foco de atenção, pode ser tediosa, quanto mais uma a distância nesses mesmos moldes, com tantos outros atrativos à disposição do aluno.

Kenski inicia o Capítulo 4 apresentando visões sobre o papel da educação frente às (novas) tecnologias, que pode ser o de mera formadora de consumidores e usuários delas, o de formadora de desenvolvedores ou ainda de formadora de cidadãos (com toda a complexidade envolvida na definição do termo). Após essas colocações iniciais, são apresentados alguns exemplos de inclusão de projetos e propostas de ensino mediados pelas TICs e NTICs (neste momento já não se vê na obra mais qualquer distinção entre os termos). Por fim, o capítulo se encerra com a questão das distâncias da educação, usando como referência Jacquinet (1993 apud KENSKI, 2008): geográfica, temporal, tecnológica, social, psicossocial e socioeconômica. A educação a distância aparece como solução natural para todos esses aspectos, a não ser, talvez, o tecnológico. Em relação a essa questão, pode-se dizer que a autora apresenta-se inflexível, com uma relativa rigidez na sua concepção. A descrição da necessidade da presença física nas aulas presenciais deixa clara essa visão:

O aluno tinha que se deslocar de casa ou do trabalho, muitas vezes atravessar a cidade e chegar pontualmente no horário em que ia começar a aula. Havia todo um ritual burocrático, que marcou a escolarização de muita gente. [...] E as chamadas dos alunos pelos professores em cada aula? Com cinco ou seis aulas por dia [...] cada professor levando em média dez minutos para chamar oralmente todos os alunos, geravam uma perda de, pelo menos, uma hora por dia letivo. As aulas [...] era interrompidas para que se fossem dados diferentes avisos [...]. No auge da aula [...], alunos interessados... tocava a campainha (KENSKI, 2008, p.74).

Num momento em que a certificação em massa parece estar em voga (talvez crescendo em ritmo menos acelerado do que há alguns anos, ou não), parece-nos necessário um olhar mais cuidadoso para esta questão: educação a distância para quê e para quem? Atendendo a que interesses? Com que propósito? E se vier o fracasso em massa como vem acontecendo desde a universalização do ensino básico? Quem se responsabilizará? Ninguém, talvez, lembrando aí a questão da pulverização das responsabilidades que nos conta Skovsmose (2008).

No Capítulo 5, ao menos em parte, tem-se a referência à formação de professores para o uso de tecnologia. Kenski inicia com uma discussão sobre as abordagens das tecnologias na educação. Um mesmo filme pode ser passado aos alunos segundo diferentes abordagens, com maior ou menor comprometimento com o seu aprendizado, por exemplo. Em seguida, e ainda um pouco nesse ponto, temos um levantamento sobre a mudança de comportamento da comunidade escolar quanto ao uso dos computadores. De início, como mera “máquina de escrever com memória” para um instrumento num sentido mais geral, um instrumento para o ensino e, finalmente, como parte integrante da própria educação - educação e tecnologia como coisas indissociáveis (ver primeiro capítulo do livro), sendo utilizado em atividades interdisciplinares, com projetos, promovendo uma comunidade (ou um ambiente) virtual de aprendizagem etc. Tais ambientes são definidos por Kenski por meio de Almeida (2003 apud KENSKI, 2008) como “sistemas computacionais disponíveis na internet, destinados ao suporte de atividades mediadas pelas tecnologias de informação e comunicação.”. A questão da formação de professores para o uso de tecnologias é tocada apenas superficialmente por Kenski. Sobre isso nos diz:

A formação de qualidade dos docentes deve ser vista em um amplo quadro de complementação às tradicionais disciplinas pedagógicas e que inclui, entre outros, um razoável conhecimento de uso do computador, das redes e de demais suportes midiáticos [...] em variadas e diferenciadas atividades de aprendizagem. É preciso saber utilizá-los adequadamente. Identificar quais as melhores maneiras de usar as tecnologias para abordar um determinado tema ou projeto específico ou refletir sobre eles, de maneira a aliar as especificidades do “suporte” pedagógico [...] ao objetivo maior da qualidade de aprendizagem dos alunos (KENSKI, 2008, p. 106).

A autora aponta ainda outras qualidades que julga serem primordiais para os professores, dentre elas o conhecimento do inglês e do espanhol e a capacidade de interagir, dialogar e articular com outras instituições culturais e sociais. Nesse ponto nos perguntamos: onde há espaço para isso tudo? Já presenciamos um momento nas licenciaturas no qual o conteúdo específico era (e talvez ainda seja) considerado fundamental, e o pedagógico, secundário. Para formar um professor competente com todas as qualidades que Kenski aponta, ou se investe maciçamente numa formação de real qualidade ou, no mínimo, o quadro de que falamos anteriormente se inverte.

Ainda no Capítulo 5, temos brevemente comentada a questão da “nova escola”, das modificações do papel do professor e das mudanças na estrutura escolar como um todo. Acreditamos que a visão da autora sobre o modelo tradicional é enérgico. Claramente se observa um tom negativo quando Kenski se refere a tal estrutura, descrevendo a maneira de disposição das carteiras, os

espaços que devem ser ocupados por alunos e professores e o tempo de duração das aulas. Considerando-se isso e as exposições anteriores sobre a educação a distância, temos claro que, ainda que não de uma maneira exageradamente explícita (ou não), a autora nos apresenta um quadro no qual a educação tradicional consegue ter poucas das qualidades que a educação a distância poderia proporcionar (aulas com duração rígida versus acesso ao conteúdo a qualquer momento; espaço determinado para alunos e professores versus a inexistência de tal “amarra” num ambiente virtual, dentre outros). Vemos com ressalva tais apontamentos. Não estamos aqui defendendo o ensino tradicional incondicionalmente, apenas afirmamos que, talvez, a abordagem não seja o maior dos problemas da educação (e acreditamos, na verdade, não ser mesmo). Olhando a mesma questão por outro lado, o que dizer sobre a educação a distância? Defendemos que se tenha um grande cuidado com relação a ela. Primeiro por questões políticas e de ordem econômica; segundo, pela falta de dados conclusivos sobre os profissionais, cidadãos, “pessoas” formadas nessa modalidade. Ainda falando da questão política, questionamos: por que se investe tanto nessa modalidade para cursos de licenciatura? Por que não em cursos de direito, economia, medicina? O discurso que prega que a educação presencial exclui, a nosso ver, não se sustenta. Há faculdades públicas e privadas espalhadas pelo Brasil todo. É evidente que essa não é uma realidade uniforme em todo o país, entretanto também não o é o acesso às chamadas NTICs. Por esse ponto passa apenas uma questão de decisão: no que efetivamente investir? Fazendo uma breve comparação: temos uma malha ferroviária relativamente “pequena” em função de, no passado, o foco de investimentos ter se centralizado na malha rodoviária. Da mesma forma, no futuro, não poderemos ter um menor número de escolas e universidades “físicas” simplesmente por ter sido dada preferência à educação a distância? Em qualquer caso, temos as consequências da decisão política, que normalmente é tomada por uma minoria e aplaudida (ou não) por toda a massa de manipulação.

Antes de terminar as considerações sobre o *Capítulo 5*, queremos falar da real necessidade e de contingência, seguindo a linha de Skovsmose (2004). O uso dos computadores na educação é realmente uma necessidade ou mera contingência? Não estaríamos, na verdade, criando necessidades para que o computador seja inserido de forma massiva na educação? Ou ele é realmente necessário para atender as reais necessidades da sociedade? E mais, se for, o é sob o prisma da educação de fato, como parte integrante dela, ou como mera ferramenta?

No último capítulo, por fim, a autora apresenta suas posições sobre o futuro da escola. Mais uma vez deixa clara sua posição favorável com relação à educação a distância e traz algumas ideias, ao nosso ver, questionáveis. Ao apresentar um relato de uma professora que diz ter recebido aplausos após dizer

aos seus alunos que deve ser difícil aguentar os muitos minutos de uma aula presencial “sem mudar de canal”, mostra-nos que, de algum modo, na sua visão não existe educação (ou ensino?) sem alguma forma de “diversão” (num sentido amplo). Um dos motivos apresentados é a tecnologia e o fato de a escola não estar supostamente acompanhando as mudanças que ela traduz. Acreditamos que o “prazer” não é nem de longe condição suficiente para o aprendizado e, muito menos, necessária. E, mesmo que concordássemos que a escola não está acompanhando a dinâmica tecnológica e que é necessária essa abordagem mais, digamos, “prazerosa” da educação, achamos que a educação a distância não é, pelo menos não ainda, a solução; do contrário não teríamos os altos índices de desistência nos cursos dessa modalidade.

Referências

- KENSKI, V. M. **Educação e tecnologias**: o novo ritmo da informação. Campinas: Papirus, 2008.
- SKOVSMOSE, O. Matemática em Ação. In: BICUDO, M. A. V.; BORBA, M. C. **Educação Matemática**: pesquisa em movimento. São Paulo: Cortez, 2004. p. 30-57.
- SKOVSMOSE, O. **Desafios da reflexão em Educação Matemática crítica**. Campinas: Papirus, 2008.